TRIBUNAL DE CONTAS

ESTADO DO AMAZONAS

Diário Oficial Eletrônico

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas - Yara Amazônia Lins **Conselheira-Presidente | www2.tce.am.gov.br**



TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DO AMAZONAS

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Av. Ephigênio Salles, 1155 - Aleixo, Manaus - AM, 69057-050.
Horário de funcionamento: 07 ÀS 15H

Contato:
(92) 3301-8180
doe@tce.am.gov.br

Sumário

TRIBUNAL PLENO 3
DESPACHOS 3
ESCOLA DE CONTAS 5
GABINETE DA PRESIDÊNCIA 6
ADMINISTRATIVO 6
PORTARIAS 13
CONTROLE EXTERNO 26
EDITAIS 26
CAUTELARES 29



TRIBUNAL PLENO

DESPACHOS

DESPACHOS DE ADMISSIBILIDADE E INADMISSIBILIDADE DE CONSULTAS, DENÚNCIAS, RECURSOS E REPRESENTAÇÕES.

PROCESSO Nº 13339/2025 – RECURSO DE REVISÃO INTERPOSTO PELO FUNDO PREVIDÊNCIÁRIO DO ESTADO DO AMAZONAS - FUNDAÇÃO AMAZONPREV EM FACE DO ACÓRDÃO N° 307/2025 - TCE - PRIMEIRA CÂMARA, EXARADO NOS AUTOS DO PROCESSO N° 13009/2019.
DESPACHO: **ADMITO O PRESENTE RECURSO DE REVISÃO, CONCEDENDO-LHE O EFEITO DEVOLUTIVO.**
GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 03 de julho de 2025.

PROCESSO Nº 13338/2025 – RECURSO DE REVISÃO INTERPOSTO PELO FUNDO PREVIDENCIÁRIO DO ESTADO DO AMAZONAS - FUNDAÇÃO AMAZONPREV EM FACE DO ACÓRDÃO N.º 2.377/2024 - TCE - PRIMEIRA CÂMARA, EXARADO NOS AUTOS DO PROCESSO N.º 11.847/2024.
DESPACHO: **ADMITO O PRESENTE RECURSO DE REVISÃO, CONCEDENDO-LHE O EFEITO DEVOLUTIVO.**
GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 03 de julho de 2025.

PROCESSO Nº 17045/2024 – RECURSO DE REVISÃO COM PEDIDO DE MEDIDA LIMINAR INTERPOSTO PELO SR. SIMÃO PEIXOTO LIMA EM FACE DO ACÓRDÃO N.º 1555/2024 - TCE - TRIBUNAL PLENO, REFERENTE AO PROCESSO N.º 15.561/2023.
DESPACHO: **ADMITO O PRESENTE RECURSO DE REVISÃO, CONCEDENDO-LHE O EFEITO DEVOLUTIVO E, EXCEPCIONALMENTE, O SUSPENSIVO.**
GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 04 de julho de 2025.

PROCESSO Nº 13365/2025 – CONSULTA INTERPOSTA PELA CÂMARA MUNICIPAL DE BERURI PARA INFORMAÇÕES ACERCA DA RECENTE DECISÃO DO STF, REFERENTE À COMPETÊNCIA DOS TRIBUNAIS DE CONTAS PARA JULGAMENTO DAS CONTAS DE GESTÃO DE PREFEITOS QUE ATUEM COMO ORDENADORES DE DESPESA.
DESPACHO: **ADMITO A PRESENTE CONSULTA.**
GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 03 de julho de 2025.

PROCESSO Nº 13327/2025 – REPRESENTAÇÃO ORIUNDA DA OUVIDORIAINTERPOSTA PELA SECEX, EM DESFAVOR DA SRA. ALDENIZIA RODRIGUES VALENTE E DO SR. DAVID VALENTE REIS, COM INTUITO DE APURAR POSSÍVEL NEPOTISMO, NOS TERMOS DA SÚMULA Nº 13 DO STF.
DESPACHO: **ADMITO A PRESENTE REPRESENTAÇÃO.**
GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 06 de junho de 2025.

PROCESSO Nº 13301/2025 – DENÚNCIA FORMULADA PELA EMPRESA K.R.G TEIXEIRA, REPRESENTADA POR SUA SÓCIA ADMINISTRADORA, EM DESFAVOR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IRANDUBA E DOS SENHORES JOSÉ AUGUSTO FERAZ DE LIMA, EMERSON TAKESHI TASHIRO CHIRANO, DIEGO DAS NEVES LOUREIRO E CLODOALDO DE SOUZA CARVALHO, EM RAZÃO DE POSSÍVEIS IRREGULARIDADES PRATICADAS PELA PREFEITURA MINICIPAL DE IRANDUBA.
DESPACHO: **INADMITO A PRESENTE DENÚNCIA.**
GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 02 de julho de 2025.

PROCESSO Nº 13284/2025 – RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO – INTERPOSTO PELO SENHOR JOSÉ CIDENEI LOBO DO NASCIMENTO, EM FACE DO ACÓRDÃO Nº 800/2025 – TCE – TRIBUNAL PLENO, EXARADO NOS ALTOS DO PROCESSO Nº 14.223/2023.
DESPACHO: **ADMITO O PRESENTE RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO, CONCEDENDO-LHE OS EFEITOS DEVOLUTIVO E SUSPENSIVO.**
GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 02 de julho de 2025.

PROCESSO Nº 13263/2025 - DENÚNCIA INTERPOSTA PELO SR. MARCOS FELIPE NUNES DA SILVA, EM FACE DO PREFEITO DE ITAMARATI, SR. JOÃO MEDEIROS CAMPELO, ACERCA DE APURAÇÃO DA AUSÊNCIA NA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMARATI, DESDE O INICIO DA GESTÃO E POSSÍVEL RESIDÊNCIA EM MANAUS.
DESPACHO: **INADMITO A PRESENTE DENÚNCIA.**
GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 03 de julho de 2025.

Atenciosamente,

SECRETARIA DO PLENO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, Manaus, 07 de julho de 2025.

BIANCA FIGLIUOLO
Secretária do Tribunal Pleno

ESCOLA DE CONTAS

I PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA O PROGRAMA DE RESIDÊNCIA JURÍDICA E CONTÁBIL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS

EDITAL Nº 01/2023 - ECP/TCE/AM

CONVOCAÇÃO

Considerando a previsão existente nos subitens 6.1., 6.7. e 9.2. do Edital nº 01/2023 - ECP/TCE/AM, publicado no dia 11/04/2023 no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas e republicado em 25/04/2023, edição nº 3039, Pags. 104/118, o Tribunal de Contas do Estado do Amazonas realiza a 21ª chamada de convocação do candidato aprovado no I PSP do PRJeC.

RESIDÊNCIA JURÍDICA		
Classificação	**Nome**	**Nota Final**
65º	WESLEY RODRIGUES SAMPAIO	70

Em observância ao item 9 do Edital nº 01/2023 - ECP/TCE/AM, o **candidato convocado** deve **no período de 08/07/2025 a 10/07/2025 apresentar fisicamente** na Diretoria Geral da Escola de Contas Públicas - ECP/TCE/AM, localizada na Av. Efigênio Sales, nº 1155, Parque Dez de Novembro, Manaus/AM, no horário de 9h às 15h, a **documentação** relacionada abaixo:

1. 01 (uma) foto 3x4;
2. certidões negativas das varas criminais, no âmbito das Justiças Federal e Estadual de seu domicílio, bem como junto ao TCE/AM;
3. certificado de conclusão do curso de graduação em Direito ou em Ciências Contábeis (ou declaração oficial que o substitua), acompanhado do histórico escolar do curso da graduação;
4. currículo atualizado, preferencialmente da Plataforma *Lattes*;
5. fotocópia autenticada em cartório extrajudicial, dispensada a autenticação quando apresentar original e cópia (impressas) ao servidor do TCE/AM responsável pelo recebimento:

5.1. da cédula de identidade (RG);
5.2. do cadastro de pessoa física (CPF);
5.3. comprovante de residência atualizado, preferencialmente do mês anterior à admissão no PRJeC;
5.4. título eleitoral, bem como certidão de quitação eleitoral atualizada;
5.5. certificado/carteira que comprove o quadro vacinal completo contra a COVID-19 (1 dose de vacina Janssen ou 2 doses de CoronaVac, Pfizer e AstraZeneca);

6. comprovante de conta-corrente do Banco Bradesco S/A;

No ato da entrega dos documentos admissionais, o candidato deverá assinar declaração atinente às vedações previstas no subitem 4.4. do Edital, a qual será disponibilizada pela ECP/TCE/AM.

O início do Programa de Residência do candidato convocado neste ato ocorrerá no dia 11/07/2025, o qual deverá comparecer às 9h na ECP/TCE/AM para assinar o Termo de Adesão e de Admissão ao PRJeC e assumir suas funções de residente contábil.

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, **em Manaus, 07 de julho de 2025.**

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES
Conselheira-Presidente

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

ADMINISTRATIVO

PORTARIA FISCAL/GESTOR Nº 71/2025

O SECRETÁRIO-GERAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e observada a Portaria n° 8486/2023-GPDRH, que trata da delegação de competência, publicada no DOE em 04 de dezembro de 2023,

CONSIDERANDO a necessidade de designar servidor para, no âmbito da Administração, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos administrativos, termos de cooperação técnica, convênios e outros instrumentos congêneres, conforme o disposto no art. 117 c/c o art. 184 da Lei 14.133/2021;

RESOLVE:

Art. 1° - DESIGNAR os servidores **LILIAN LINHARES DE CARVALHO,** matrícula nº 001.142-8C; **DENILSON HIRATA E SA**, matrícula nº 001.930-5A e **TEN PM ELÉZIO CARDOSO FERREIRA DE MELO,** matrícula nº 001.059-6A, para atuarem como **FISCAIS**, e os servidores **BENJAMIN DO COUTO RAMOS NETO,** matrícula nº 003.894-6A, e **VALTERNEY TELES DOS SANTOS,** matrícula nº 002.210-1A, para atuarem como **GESTORES** do **Contrato nº 33/2025** (Processo nº 009124/2024-SEI/TCE/AM), que tem por objeto a prestação de serviço de empresa especializada no fornecimento de mão de obra terceirizada de várias categorias profissionais, sob regime de dedicação exclusiva, com disponibilização de 80 (oitenta) profissionais, nos termos

da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que entre si celebram o **TCE/AM** e a **empresa ÔMEGA SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA**, CNPJ: 08.672.843/0001-46, a contar do dia 03 de julho de 2025.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, podendo ser revogada a qualquer tempo a critério da autoridade competente.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA SECRETARIA-GERAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 03 de julho de 2025.

Manaus, 03 de julho de 2025.

Antônio Carlos Souza de Rosa Junior
Secretário-Geral de Administração

PORTARIA FISCAL/GESTOR Nº 73/2025

O SECRETÁRIO-GERAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais, e observada a Portaria n° 846/2023-GPDRH, que trata da delegação de competência, publicada no DOE em 04 de dezembro de 2023, e

CONSIDERANDO a necessidade de designar servidor para, no âmbito da Administração, acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos administrativos, termos de cooperação técnica, convênios e outros instrumentos congêneres, conforme o disposto no art. 67 c/c art. 116 da Lei 8.666/93;

RESOLVE:

Art. 1° - **DESIGNAR** os servidores **GABRIEL BASTOS DE CASTRO,** matrícula 0039233A, e**, THAIS AUGUSTA BOTINELLY BADER,** matrícula 0028134C, para atuarem como **FISCAIS**, e o servidor **VALTERNEY TELES DOS SANTOS,** matrícula nº 0022101A, para atuar como **GESTOR** do **Contrato nº 34/2025** - Prestação de Serviços Bancários (Processo nº 561/2025/SEI/TCE/AM), que tem por objeto o Prestação de serviço de pagamento de folha de salário dos servidores ativos, inativos e pensionistas do TCE-AM, estagiários de nível superior e outros servidores terceirizados que entre si celebram o TCE/AM e a BANCO BRADESCO S.A, CNPJ 60.746.948/0001-12.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, podendo ser revogada a qualquer tempo a critério da autoridade competente.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA SECRETARIA-GERAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 07 de julho de 2025.

Antônio Carlos Souza de Rosa Junior
Secretário-Geral de Administração

EXTRATO DO **TERMO DE CONTRATO Nº 34/2025**, QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO AMAZONAS, POR INTERMÉDIO DO **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS,** E A EMPRESA **BANCO BRADESCO S.A**, NA FORMA ABAIXO:

1. Data: 04/07/2025.

2. Processo Administrativo: 0561/2025 -SEI/TCE/AM.

3. **Partes**: ESTADO DO AMAZONAS, por intermédio do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS-TCE/AM, representado por sua Presidente Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues e a empresa **BANCO BRADESCO S.A.**, inscrito no CNPJ 60.746.948/0001-12.

4. Espécie: Contrato.

5. Objeto: Contratação de instituição financeira, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, para prestação de serviços bancários para qualquer pessoa que mantenha vínculo de remuneração com o TCE/AM, com cessão de uso do espaço físico para instalação e funcionamento de Posto de Atendimento Bancário e Postos de Atendimento Eletrônicos, decorrente do Pregão Presencial nº 04/2025.

6. Valor Global: R$ 5.950.020,00 (cinco milhões, novecentos e cinquenta mil e vinte reais)

7. Vigência: 60 meses, contados **a partir de 16/08/2025**.

Antônio Carlos Souza de Rosa Junior
Secretário-Geral de Administração

PORTARIA SEI Nº 229/2025 - SGDGP

A SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais; e

CONSIDERANDO o teor da Portaria n.º 846/2023-GPDGP, datada de 04.12.2023, da Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas;

CONSIDERANDO o teor do Processo n.º 008089/2025;

R E S O L V E:

CONCEDER ao servidor **ANA LUCIA AZEVEDO DO ESPIRITO SANTO**, matrícula n.º 0004944A, **05 (cinco)** dias de licença para tratamento de saúde, conforme Laudo Médico n.º 310162/2025, no período de **05/05/2025 a 09/05/2025**, tomando como base o art. 68 da Lei n.º 1762/86.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DA SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 07 de julho de 2025.

Antônio Carlos Souza de Rosa Junior
Secretário-Geral de Administração

PORTARIA SEI Nº 230/2025 - SGDGP

A SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais; e

CONSIDERANDO o teor da Portaria n.º 846/2023-GPDGP, datada de 04.12.2023, da Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas;

CONSIDERANDO o teor do Processo n.º005788/2025;

R E S O L V E:

CONCEDER ao servidor **HUGO TAVARES ARAUJO**, matrícula n.º 0024805A, 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, conforme Laudo Médico n.º 305974/2025, no período de 10/04/2025 a 24/04/2025, tomando como base o art. 68 da Lei n.º 1762/86.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DA SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 07 de julho de 2025.

Antônio Carlos Souza de Rosa Junior
Secretário-Geral de Administração

ATO Nº 68/2025

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e;

CONSIDERANDO o disposto no art. 102, I e IV, da Lei nº 2.423 de 10 de dezembro de 1996, combinado com o disposto no art. 29, I e V, do Regimento Interno do Tribunal (Resolução n.º 04, de 23 de maio de 2002);

CONSIDERANDO o teor do Requerimento, datado de 26.06.2025, constante do Processo SEI n.º010767/2025;

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido a servidora **ELIS VALCACIO DE MEDEIROS**, matrícula n.º0023540B, do cargo de Auditor Técnico de Controle Externo - Ministério Público de Contas, nos termos do art. 55, inciso I, da Lei n. 1762/86, em virtude de posse em outro cargo inacumulável, com possibilidade de recondução prevista no artigo 49, da Lei nº 1.762/86, a contar de **07.07.2025**.

DÊ- SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 07 de julho de 2025.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES
Conselheira-Presidente

PORTARIA Nº 629/2025 – GPDGP

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e;

CONSIDERANDO o disposto no art. 102, I e IV, da Lei nº 2.423 de 10 de dezembro de 1996, combinado com o disposto no art. 29, I e V, do Regimento Interno do Tribunal (Resolução n.º 04, de 23 de maio de 2002);

CONSIDERANDO o teor do Despacho n.º 3942/2025/GP, datado de07/07/2025, constante do Processo n.º008796/2025;

R E S O L V E:

LOTAR a servidora **SYRSLANE FERREIRA NAVEGANTE,** matrícula n° 0047740A, no GABINETE DO AUDITOR - ALÍPIO REIS FIRMO FILHO - GAUALIPIO, a contar de 26.05.2025.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 07 de julho de 2025.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES
Conselheira-Presidente

PORTARIA Nº 630/2025 - GPDGP

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e;

CONSIDERANDO o disposto no art. 102, I e IV, da Lei nº 2.423 de 10 de dezembro de 1996, combinado com o disposto no art. 29, I e V, do Regimento Interno do Tribunal (Resolução n.º 04, de 23 de maio de 2002);

CONSIDERANDO o teor do Despacho n.º 3937/2025/GP, datado de 07/07/2025, constante do Processo n.º011150/2025;

R E S O L V E:

LOTAR o servidor **ARISTOTELES GUSTAVO DE ALMEIDA NETO,** matrícula n°0047791A, na DIRETORIA DE PROJETOS AMBIENTAIS - DIPAM, a contar de 13.06.2025.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE E PUBLIQUE-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 07 de julho de 2025.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES
Conselheira-Presidente

PORTARIAS

PORTARIA Nº 237/2025-GP/SECEX/DIPLAF

A **PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e;

CONSIDERANDO o disposto no inciso XII do Artigo 29 c/c o Inciso IV do Artigo 89, IV, Artigo 203 e Parágrafo 1º do Artigo 211 da Resolução TCE nº 04/2002 - Regimento Interno, deste Tribunal;

CONSIDERANDO o Despacho N.º 622/2025/SECEX/GP (Processo SEI N.º 10941/2025);

CONSIDERANDO o Memorando N.º 344/2025/DIPLAF/SECEX (Processo SEI N.º 9725/2025);

R E S O L V E :

I - ALTERAR o **Item I** da **Portaria N.º 231/2025-GP/SECEX/DIPLAF**, publicada no D.O.E em 02/07/2025, no sentido de substituir o servidor Giuliano Yunes - matrícula n.º 001.354-4A pelo servidor **Brian Bremgartner Belleza** – matrícula n.º 001.393-5A, na comissão de inspeção ordinária via Sistema de Fiscalização à Distância (SFD) - Teleauditoria do município de **Barcelos** e o tornar presidente da referida comissão;

PUBLIQUE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 04 de julho de 2025.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES
Conselheira-Presidente

MARIO AUGUSTO TAKUMI SATO
Secretário-Geral de Controle Externo

CRISTIANE CUNHA E SILVA DE AGUIAR
Chefe da Divisão de Planejamento e Acompanhamento das Fiscalizações

PORTARIA Nº 238/2025-GP/SECEX/DIPLAF

A **PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e;

CONSIDERANDO o disposto no inciso XII do Artigo 29 c/c o Inciso IV do Artigo 89, IV, Artigo 203 e Parágrafo 1º do Artigo 211 da Resolução TCE nº 04/2002 - Regimento Interno, deste Tribunal;

CONSIDERANDO o plano de inspeção ordinária das Diretorias e Departamentos vinculados à SECEX, para o exercício de 2025 (Certidão da 42ª Sessão do Egrégio Tribunal Pleno, de 27/11/2024 c/c a Certidão da 14ª Sessão do Egrégio Tribunal Pleno, de 21/05/2025);

CONSIDERANDO o Despacho N.º 577/2025/SECEX/GP (Processo SEI N.º 6664/2025);

CONSIDERANDO o Memorando N.º 283/2025/DIPLAF/SECEX (Processo SEI N.º 10505/2025);

CONSIDERANDO alinhar os critérios estabelecidos pela Atricon por meio do MMD-TC no que concerne aos itens 8.1.3 e 8.1.4 do QATC ao Plano Anual de Fiscalização _ PAF 2025;

R E S O L V E:

I – DESIGNAR os servidores **Mozart Santos Salles de Aguiar Júnior** – matrícula n. º 000.701-3A e **Lany Mayre Iglesias Reis** – matrícula n.º 000.427-8A para, no período de **21/07/2025 a 01/08/2025**, em comissão, sob a presidência do primeiro, realizarem fiscalização, na forma de inspeção ***in loco*** nas receitas e despesas do Município de **Itacoatiara**, com o intuito de fiscalizar as contas do exercício de 2024, da **Prefeitura Municipal, da Câmara Municipal, além dos órgãos e autarquias** existentes no município, listados abaixo, bem como nos demais processos e documentos encaminhados para a verificação da Comissão, que houver;

Fundo Municipal de Saúde de Itacoatiara	Processo Spede N.º 11.440/2025
Instituto Municipal de Previdência dos Servidores de Itacoatiara	Processo Spede N.º 11.465/2025
Instituto Municipal de Trânsito e Transporte de Itacoatiara	Processo Spede N.º 11.656/2025
Secretaria Municipal de Educação de Itacoatiara	Processo Spede N.º 11.456/2025
Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Itacoatiara	Processo Spede N.º 11.536/2025

II – DESIGNAR o servidor **Edmilson Ribeiro da Silva Junior** – matrícula n.º 001.926-7A para, no período de **21/07/2025 a 01/08/2025**, realizar fiscalização, na forma de inspeção ***in loco*** (documental e física), nas obras e/ou serviços de engenharia no Município de **Itacoatiara**, com o intuito de fiscalizar as contas do exercício de 2024, da **Prefeitura Municipal**, **da Câmara Municipal**, **dos órgãos e autarquias** existentes no município, bem

como nos **Contratos e Convênios Estaduais,** listados abaixo, e demais processos pendentes na DICOP, que houver;

Fundo Municipal de Saúde de Itacoatiara	Processo Spede N.º 11.440/2025
Instituto Municipal de Previdência dos Servidores de Itacoatiara	Processo Spede N.º 11.465/2025
Instituto Municipal de Trânsito e Transporte de Itacoatiara	Processo Spede N.º 11.656/2025
Secretaria Municipal de Educação de Itacoatiara	Processo Spede N.º 11.456/2025
Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Itacoatiara	Processo Spede N.º 11.536/2025
Termo de Fomento N.º 006/2021 - Faar	Processo Spede N.º 10.239/2025
Avaliação do Saneamento Básico e Auditoria dos Contratos relacionados	Processo SEI N.º 7743/2025
Avaliar os procedimentos adotados nas exigências de realização do EIV dos empreendimentos	Processo SEI N.º 7836/2025

III - OUTORGAR, aos servidores designados nos **itens I e II,** o período de 3 (três) dias úteis imediatamente anteriores ao início dos trabalhos de inspeção *in loco* designado nos itens acima para realização do Planejamento dos trabalhos de auditoria, coleta de dados, assim como criação das matrizes de risco, planejamento, devendo, durante esse período, todos esses artefatos serem necessariamente finalizados;

IV - DETERMINAR ao referidos servidores designados nos **Itens I e II**, após o período de inspeção *in loco*, que preencham a planilha disponibilizada no seguinte endereço: https://docs.google.com/spreadsheets/d/1M7Gxmz_Gox3lJssdh5T_AGlmt8-EroCJUaWFu_IuIgQ/edit?gid=0#gid=0, com as informações nela requeridas;

V - AUTORIZAR os servidores acima mencionados à adoção das medidas prescritas nos arts. 125 e 126 da Lei nº 2.423 – Lei Orgânica de 10/12/1996 c/c os arts. 206 a 208 da Resolução TCE nº 04/2002 - Regimento Interno;

VI - FIXAR o prazo de 30 (trinta) dias para apresentação dos relatórios conclusivos, contados a partir da resposta da notificação, observando-se os termos do caput do art. 78, da Resolução TCE nº 4/2002 - Regimento Interno;

VII – SOLICITAR à Secretaria Geral de Administração e a Diretoria de Gestão de Pessoas que dispensem os servidores acima citados do registro de ponto, no período acima mencionado; bem como que a SEGER

providencie o pagamento de **12 (doze)** diárias para cada servidor designado nos **Itens I e II**, conforme período disposto nesses itens;

VIII – Havendo necessidade de prorrogação de prazo para inspeção, a comissão deverá apresentar justificativa, por escrito, a respeito dos motivos que amparam tal solicitação;

IX – ESTABELECER à comissão a responsabilidade sobre todos os aspectos a ela pertinentes, especificamente aos citados nos Parágrafos 2º e 3º do art. 211 da Resolução TCE nº 04/2002 - Regimento Interno, inclusive a entrega do relatório no prazo determinado;

X - DETERMINAR à comissão a responsabilidade, após findo os trabalhos em campo e a instrução respectiva, com a emissão do competente relatório, de enviar ao e-mail da Secex (secex@tce.am.gov.br) evidências e comprovações necessárias e suficientes para fins de pontuação no MMD-TC em relação aos aspectos fiscalizados, conforme planilha de INDICADORES e DIMENSÕES (http://qatc.atricon.org.br/wp-content/uploads/2023/11/MMD-TC-Indicadores-2024.xlsx) a ser aplicada na aferição que será realizada em 2025;

PUBLIQUE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 04 de julho de 2025.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES
Conselheira-Presidente

MARIO AUGUSTO TAKUMI SATO
Secretário-Geral de Controle Externo

CRISTIANE CUNHA E SILVA DE AGUIAR
Chefe da Divisão de Planejamento e
Acompanhamento das Fiscalizações

PORTARIA Nº 239/2025-GP/SECEX/DIPLAF

A **PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e;

CONSIDERANDO o disposto no inciso XII do Artigo 29 c/c o Inciso IV do Artigo 89, IV, Artigo 203 e Parágrafo 1º do Artigo 211 da Resolução TCE nº 04/2002 - Regimento Interno, deste Tribunal;

CONSIDERANDO o Despacho N.º 577/2025/SECEX/GP (Processo SEI N.º 6664/2025);

CONSIDERANDO o Memorando N.º 283/2025/DIPLAF/SECEX/GP (Processo SEI N.º 10505/2025);

CONSIDERANDO que os servidores abaixo foram designados, respectivamente, como presidente e engenheiro da comissão de inspeção "in loco" no município de Itacoatiara, sendo necessária a concessão de valores para despesas relacionadas a logística no referido município;

R E S O L V E:

I – CONCEDER adiantamento no valor de **R$ 3.000,00** (três mil reais), em favor do servidor **Mozart Santos Salles de Aguiar Júnior** – matrícula n. º 000.701-3A e outro no valor de **R$ 3.000,00** (três mil reais), em favor do servidor **Edmilson Ribeiro da Silva Junior** – matrícula n.º 001.926-7A, ambos **à conta do programa de trabalho – 01.032.0056.2055 – FISCALIZAÇÃO EXTERNA DA ARRECADAÇÃO E APLICAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS – natureza das despesas 3.3.90.36.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA – FONTE 100 – Grupo de Despesa 1333**, para custear despesas, conforme determina a Portaria nº 8/2024-SEGER/GP, que estabelece o prazo de 30 (trinta) dias para aplicação e 30 (trinta) dias para a devida prestação de contas;

PUBLIQUE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 04 de julho de 2025.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES
Conselheira-Presidente

MARIO AUGUSTO TAKUMI SATO
Secretário-Geral de Controle Externo

CRISTIANE CUNHA E SILVA DE AGUIAR
Chefe da Divisão de Planejamento e
Acompanhamento das Fiscalizações

PORTARIA Nº 240/2025-GP/SECEX/DIPLAF

A **PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e;

CONSIDERANDO o disposto no inciso XII do Artigo 29 c/c o Inciso IV do Artigo 89, IV, Artigo 203 e Parágrafo 1º do Artigo 211 da Resolução TCE nº 04/2002 - Regimento Interno, deste Tribunal;

CONSIDERANDO o plano de inspeção ordinária das Diretorias e Departamentos vinculados à SECEX, para o exercício de 2025 (Certidão da 42ª Sessão do Egrégio Tribunal Pleno, de 27/11/2024 c/c a Certidão da 14ª Sessão do Egrégio Tribunal Pleno, de 21/05/2025);

CONSIDERANDO o Despachos N.os 577 e 586/2025/SECEX/GP (Processo SEI N.º 6664/2025);

CONSIDERANDO o Memorando N.º 282/2025/DIPLAF/SECEX (Processo SEI N.º 10504/2025);

CONSIDERANDO alinhar os critérios estabelecidos pela Atricon por meio do MMD-TC no que concerne aos itens 8.1.3 e 8.1.4 do QATC ao Plano Anual de Fiscalização _ PAF 2025;

R E S O L V E:

I – DESIGNAR os servidores **Luiz Carlos Vieira Mariano** – matrícula n. º 001.355-2A, **Valdilson Monteiro Moreira** - matrícula n.º 001.365-0A e **Delzarina Socorro Cruz Porto** – matrícula n.º 000.137-6A para, no período de **21/07/2025 a 25/07/2025**, em comissão, sob a presidência do primeiro, realizarem fiscalização, na forma de inspeção ***in loco*** nas receitas e despesas do Município de **Urucurituba**, com o intuito de fiscalizar as contas do exercício de 2024, da **Prefeitura Municipal, da Câmara Municipal, além dos órgãos e autarquias** existentes no município, bem como nos demais processos e documentos encaminhados para a verificação da Comissão, que houver;

II – DESIGNAR o servidor **Genzis Khan Pinheiro Lázaro** – matrícula n.º 001.240-8A para, no período de **21/07/2025 a 25/07/2025**, realizar fiscalização, na forma de inspeção ***in loco*** (documental e física), nas obras e/ou serviços de engenharia no Município de **Urucurituba**, com o intuito de fiscalizar as contas do exercício de 2024, da **Prefeitura Municipal**, **da Câmara Municipal**, **dos órgãos e autarquias** existentes no município, bem como nos **Contratos e Convênios Estaduais,** listados abaixo, e demais processos pendentes na DICOP, que houver;

Avaliação do Saneamento Básico e Auditoria dos Contratos relacionados	Processo SEI N.º 7788/2025
Avaliar os procedimentos adotados nas exigências de realização do EIV dos empreendimentos	Processo SEI N.º 7874/2025

III - OUTORGAR, aos servidores designados nos **itens I e II,** o período de 3 (três) dias úteis imediatamente anteriores ao início dos trabalhos de inspeção *in loco* designado nos itens acima para realização do Planejamento dos trabalhos de auditoria, coleta de dados, assim como criação das matrizes de risco, planejamento, devendo, durante esse período, todos esses artefatos serem necessariamente finalizados;

IV - DETERMINAR ao referidos servidores designados nos **Itens I e II**, após o período de inspeção *in loco*, que preencham a planilha disponibilizada no seguinte endereço: https://docs.google.com/spreadsheets/d/1M7Gxmz_Gox3lJssdh5T_AGlmt8-EroCJUaWFu_IuIgQ/edit?gid=0#gid=0, com as informações nela requeridas;

V - AUTORIZAR os servidores acima mencionados à adoção das medidas prescritas nos arts. 125 e 126 da Lei nº 2.423 – Lei Orgânica de 10/12/1996 c/c os arts. 206 a 208 da Resolução TCE nº 04/2002 - Regimento Interno;

VI - FIXAR o prazo de 30 (trinta) dias para apresentação dos relatórios conclusivos, contados a partir da resposta da notificação, observando-se os termos do caput do art. 78, da Resolução TCE nº 4/2002 - Regimento Interno;

VII – SOLICITAR à Secretaria Geral de Administração e a Diretoria de Gestão de Pessoas que dispensem os servidores acima citados do registro de ponto, no período acima mencionado; bem como que a SEGER providencie o pagamento de **05 (cinco)** diárias para cada servidor designado nos **Itens I e II**, conforme período disposto nesses itens;

VIII – Havendo necessidade de prorrogação de prazo para inspeção, a comissão deverá apresentar justificativa, por escrito, a respeito dos motivos que amparam tal solicitação;

IX – ESTABELECER à comissão a responsabilidade sobre todos os aspectos a ela pertinentes, especificamente aos citados nos Parágrafos 2º e 3º do art. 211 da Resolução TCE nº 04/2002 - Regimento Interno, inclusive a entrega do relatório no prazo determinado;

X - DETERMINAR à comissão a responsabilidade, após findo os trabalhos em campo e a instrução respectiva, com a emissão do competente relatório, de enviar ao e-mail da Secex (secex@tce.am.gov.br) evidências e comprovações necessárias e suficientes para fins de pontuação no MMD-TC em relação aos aspectos fiscalizados, conforme planilha de INDICADORES e DIMENSÕES (http://qatc.atricon.org.br/wp-content/uploads/2023/11/MMD-TC-Indicadores-2024.xlsx) a ser aplicada na aferição que será realizada em 2025;

PUBLIQUE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 04 de julho de 2025.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES
Conselheira-Presidente

MARIO AUGUSTO TAKUMI SATO
Secretário-Geral de Controle Externo

CRISTIANE CUNHA E SILVA DE AGUIAR
Chefe da Divisão de Planejamento e Acompanhamento das Fiscalizações

PORTARIA Nº 241/2025-GP/SECEX/DIPLAF

A **PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e;

CONSIDERANDO o disposto no inciso XII do Artigo 29 c/c o Inciso IV do Artigo 89, IV, Artigo 203 e Parágrafo 1º do Artigo 211 da Resolução TCE nº 04/2002 - Regimento Interno, deste Tribunal;

CONSIDERANDO o plano de inspeção ordinária das Diretorias e Departamentos vinculados à SECEX, para o exercício de 2025 (Certidão da 42ª Sessão do Egrégio Tribunal Pleno, de 27/11/2024 c/c a Certidão da 14ª Sessão do Egrégio Tribunal Pleno, de 21/05/2025);

CONSIDERANDO o Despacho N.º 577/2025/SECEX/GP (Processo SEI N.º 6664/2025);

CONSIDERANDO o Memorando N.º 280/2025/DIPLAF/SECEX/GP (Processo SEI N.º 10501/2025);

CONSIDERANDO alinhar os critérios estabelecidos pela Atricon por meio do MMD-TC no que concerne aos itens 8.1.3 e 8.1.4 do QATC ao Plano Anual de Fiscalização _ PAF 2025;

R E S O L V E:

I – DESIGNAR os servidores **Otacílio Leite da Silva Júnior** – matrícula n. º 000.548-7B, **Jenner Loureiro de Souza** – matrícula n. º 000.264-0A, **Paulo Ney Martins Omena** – matrícula n. º 000.134-1A e **Leonardo de Araújo Bezerra** – matrícula n.º 001.338-9A para, no período de **21/07/2025 a 28/07/2025**, em comissão, sob a presidência do primeiro, realizarem fiscalização, na forma de inspeção ***in loco*** nas receitas e despesas do Município de **Parintins**, com o intuito de fiscalizar as contas do exercício de 2024, da **Prefeitura Municipal, da Câmara Municipal, além dos órgãos e autarquias** existentes no município, listado abaixo, bem como nos demais processos e documentos encaminhados para a verificação da Comissão, que houver;

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Parintins - SAAE	Processo Spede N.º 11.306/2025

II – DESIGNAR o servidor **Andrey Willen Nunes Valente** – matrícula n.º 001.949-6A para, no período de **21/07/2025 a 28/07/2025**, realizar fiscalização, na forma de inspeção ***in loco*** (documental e física), nas obras e/ou serviços de engenharia no Município de **Parintins**, com o intuito de fiscalizar as contas do exercício de 2024, da **Prefeitura Municipal**, **da Câmara Municipal**, **dos órgãos e autarquias** existentes no município, bem como nos **Contratos e Convênios Estaduais,** listado abaixo, e demais processos pendentes na DICOP, que houver;

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Parintins - SAAE	Processo Spede N.º 11.306/2025
Convênio 006/2022 - Sejusc	Processo Spede N.º 11.048/2025
Avaliação do Saneamento Básico e Auditoria dos Contratos relacionados	Processo SEI N.º 7766/2025
Avaliar os procedimentos adotados nas exigências de realização do EIV dos empreendimentos	Processo SEI N.º 7855/2025

III - OUTORGAR, aos servidores designados nos **itens I e II,** o período de 3 (três) dias úteis imediatamente anteriores ao início dos trabalhos de inspeção *in loco* designado nos itens acima para realização do Planejamento dos trabalhos de auditoria, coleta de dados, assim como criação das matrizes de risco, planejamento, devendo, durante esse período, todos esses artefatos serem necessariamente finalizados;

IV - DETERMINAR ao referidos servidores designados nos **Itens I e II**, após o período de inspeção *in loco*, que preencham a planilha disponibilizada no seguinte endereço: https://docs.google.com/spreadsheets/d/1M7Gxmz_Gox3lJssdh5T_AGlmt8-EroCJUaWFu_IuIgQ/edit?gid=0#gid=0, com as informações nela requeridas;

V - AUTORIZAR os servidores acima mencionados à adoção das medidas prescritas nos arts. 125 e 126 da Lei nº 2.423 – Lei Orgânica de 10/12/1996 c/c os arts. 206 a 208 da Resolução TCE nº 04/2002 - Regimento Interno;

VI - FIXAR o prazo de 30 (trinta) dias para apresentação dos relatórios conclusivos, contados a partir da resposta da notificação, observando-se os termos do caput do art. 78, da Resolução TCE nº 4/2002 - Regimento Interno;

VII – SOLICITAR à Secretaria Geral de Administração e a Diretoria de Gestão de Pessoas que dispensem os servidores acima citados do registro de ponto, no período acima mencionado; bem como que a SEGER providencie o pagamento de **08 (oito)** diárias para cada servidor designado nos **Itens I e II**, conforme período disposto nesses itens;

VIII – Havendo necessidade de prorrogação de prazo para inspeção, a comissão deverá apresentar justificativa, por escrito, a respeito dos motivos que amparam tal solicitação;

IX – ESTABELECER à comissão a responsabilidade sobre todos os aspectos a ela pertinentes, especificamente aos citados nos Parágrafos 2º e 3º do art. 211 da Resolução TCE nº 04/2002 - Regimento Interno, inclusive a entrega do relatório no prazo determinado;

X - DETERMINAR à comissão a responsabilidade, após findo os trabalhos de campo e a instrução respectiva, com a emissão do competente relatório, de enviar ao e-mail da Secex (secex@tce.am.gov.br) evidências e comprovações necessárias e suficientes para fins de pontuação no MMD-TC em relação aos aspectos fiscalizados, conforme planilha de INDICADORES e DIMENSÕES (http://qatc.atricon.org.br/wp-content/uploads/2023/11/MMD-TC-Indicadores-2024.xlsx) a ser aplicada na aferição que será realizada em 2025;

PUBLIQUE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 04 de julho de 2025.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES
Conselheira-Presidente

MARIO AUGUSTO TAKUMI SATO
Secretário-Geral de Controle Externo

CRISTIANE CUNHA E SILVA DE AGUIAR
Chefe da Divisão de Planejamento e
Acompanhamento das Fiscalizações

Tribunal de Contas do Estado do Amazonas - Yara Amazônia Lins Conselheira-Presidente | www2.tce.am.gov.br
Diário Oficial Eletrônico
Edição nº 3586 pág.23 Manaus, 7 de Julho de 2025

PORTARIA Nº 242/2025-GP/SECEX/DIPLAF

A **PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e;

CONSIDERANDO o disposto no inciso XII do Artigo 29 c/c o Inciso IV do Artigo 89, IV, Artigo 203 e Parágrafo 1º do Artigo 211 da Resolução TCE nº 04/2002 - Regimento Interno, deste Tribunal;

CONSIDERANDO o Despacho N.º 577/2025/SECEX/GP (Processo SEI N.º 6664/2025);

CONSIDERANDO o Memorando N.º 282/2025/DIPLAF/SECEX/GP (Processo SEI N.º 10504/2025);

CONSIDERANDO que os servidores abaixo foram designados, respectivamente, como presidente e engenheiro da comissão de inspeção "in loco" no município de Urucurituba, sendo necessária a concessão de valores para despesas relacionadas a logística no referido município;

R E S O L V E:

I – CONCEDER adiantamento no valor de **R$ 2.000,00** (dois mil reais), em favor do servidor **Luiz Carlos Vieira Mariano** – matrícula n. º 001.355-2A e outro no valor de **R$ 3.000,00** (três mil reais), em favor do servidor **Genzis Khan Pinheiro Lázaro** – matrícula n.º 001.240-8A, ambos **à conta do programa de trabalho – 01.032.0056.2055 – FISCALIZAÇÃO EXTERNA DA ARRECADAÇÃO E APLICAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS – natureza das despesas 3.3.90.36.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA – FONTE 100 – Grupo de Despesa 1333**, para custear despesas, conforme determina a Portaria nº 8/2024-SEGER/GP, que estabelece o prazo de 30 (trinta) dias para aplicação e 30 (trinta) dias para a devida prestação de contas;

PUBLIQUE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 04 de julho de 2025.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES
Conselheira-Presidente

MARIO AUGUSTO TAKUMI SATO
Secretário-Geral de Controle Externo

CRISTIANE CUNHA E SILVA DE AGUIAR
Chefe da Divisão de Planejamento e
Acompanhamento das Fiscalizações

PORTARIA Nº 243/2025-GP/SECEX/DIPLAF

A **PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e;

CONSIDERANDO o disposto no inciso XII do Artigo 29 c/c o Inciso IV do Artigo 89, IV, Artigo 203 e Parágrafo 1º do Artigo 211 da Resolução TCE nº 04/2002 - Regimento Interno, deste Tribunal;

CONSIDERANDO o Despacho N.º 577/2025/SECEX/GP (Processo SEI N.º 6664/2025);

CONSIDERANDO o Memorando N.º 280/2025/DIPLAF/SECEX/GP (Processo SEI N.º 10501/2025);

CONSIDERANDO que os servidores abaixo foram designados, respectivamente, como presidente e engenheiro da comissão de inspeção "in loco" no município de Parintins, sendo necessária a concessão de valores para despesas relacionadas a logística no referido município;

R E S O L V E:

I – CONCEDER adiantamento no valor de **R$ 2.000,00** (dois mil reais), em favor do servidor **Otacílio Leite da Silva Júnior** – matrícula n. º 000.548-7B e outro no valor de **R$ 3.000,00** (três mil reais), em favor do servidor **Andrey Willen Nunes Valente** – matrícula n.º 001.949-6A, ambos **à conta do programa de trabalho – 01.032.0056.2055 – FISCALIZAÇÃO EXTERNA DA ARRECADAÇÃO E APLICAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS ESTADUAIS E MUNICIPAIS – natureza das despesas 3.3.90.36.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA – FONTE 100 – Grupo de Despesa 1333**, para custear despesas, conforme determina a Portaria nº 8/2024-SEGER/GP, que estabelece o prazo de 30 (trinta) dias para aplicação e 30 (trinta) dias para a devida prestação de contas;

PUBLIQUE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 04 de julho de 2025.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES
Conselheira-Presidente

MARIO AUGUSTO TAKUMI SATO
Secretário-Geral de Controle Externo

CRISTIANE CUNHA E SILVA DE AGUIAR
Chefe da Divisão de Planejamento e Acompanhamento das Fiscalizações

PORTARIA Nº 244/2025-GP/SECEX/DIPLAF

A **PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e;

CONSIDERANDO o disposto no inciso XII do Artigo 29 c/c o Inciso IV do Artigo 89, IV, Artigo 203 e Parágrafo 1º do Artigo 211 da Resolução TCE nº 04/2002 - Regimento Interno, deste Tribunal;

CONSIDERANDO o Despacho N.º 626/2025/SECEX/GP (Processo SEI N.º 10941/2025);

CONSIDERANDO o Memorando N.º 353/2025/DIPLAF/SECEX (Processo SEI N.º 10938/2025);

R E S O L V E :

I - ALTERAR o **Item I** da **Portaria N.º 229/2025-GP/SECEX/DIPLAF**, publicada no D.O.E em 02/07/2025, no sentido de substituir a servidora Raquel Cezar Machado – matrícula n. º 001.356-0A pelo servidor **Edirley Rodrigues de Oliveira** – matrícula n.º 002.348-5A, na comissão de inspeção ordinária via Sistema de Fiscalização à Distância (SFD) - Teleauditoria do município de **São Gabriel da Cachoeira**;

PUBLIQUE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRA-SE.

SECRETARIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 04 de julho de 2025.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES
Conselheira-Presidente

MARIO AUGUSTO TAKUMI SATO
Secretário-Geral de Controle Externo

CRISTIANE CUNHA E SILVA DE AGUIAR
Chefe da Divisão de Planejamento e Acompanhamento das Fiscalizações

CONTROLE EXTERNO

EDITAIS

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 28/2025-DICAPE

Pelo presente Edital, na forma para os efeitos do disposto no art. 20, caput, e art. 71, III, da Lei n. 2.423/96-TCE, art. 79, parágrafo único e art. 97, I, da Resolução nº. 04/2002-RI combinado com o art. 5.º LV da CF/88, fica **NOTIFICADO** a Vossa Magnificência, Sr. André Luiz Nunes Zogahib, Reitor da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), para no prazo de **15 (Quinze)** dias, a contar da última publicação deste Edital, enviar defesa e esclarecimentos nos termos do art. 95 da Res. TCE 04/2002, acerca do processo para análise de 1 admissão realizada pela Fundação Universidade do Estado do Amazonas – UEA, no 3° Quadrimestre de 2023, conforme as questões de auditoria registradas no Despacho (Pág.159 a 161)- GAUALIPIO, INFORMAÇÃO N.º 75/2025-DICAPE (Pág. 154 a 157), bem como o PARECER N. 2768 / 2025 - MP- RMAM (Pág. 158), contidos no **Processo TCE Nº: 10591/2024.**

A resposta deverá ser encaminhada via **DOMICÍLIO ELETRÔNICO DE CONTAS DO TCE/AM (DEC);** (Portaria nº 939/2022-GPDRH, combinada com artigo 95-A do Regimento Interno do TCE/AM), o qual poderá ser acessado diretamente no Portal do TCE, no endereço https://dec.tce.am.gov.br/dec/login.jsf. Quaisquer dúvidas relativas ao cadastro, acesso ao sistema ou protocolo de documentos podem ser sanadas por meio da Central de Ajuda DEC, localizada no endereço https://sites.google.com/tce.am.gov.br/central-de-ajuda-dec?pli=1. Ressalta-se que a adesão ao sistema é obrigatória, por parte de qualquer interessado, integrante no processo de controle externo no âmbito do Tribunal de Contas, sob pena de aplicação da multa prevista no art. 308, VI, da Resolução nº 04/2022, em seu patamar mínimo, atualmente de R$ 13.654,39 (artigo 9º da Portaria nº 939/2022-GPDRH).

DIRETORIA DE CONTROLE EXTERNO DE ADMISSÕES DE PESSOAL, Manaus, AM, 04 de Julho de 2025.

VIRNA DE MIRANDA PEREIRA
Diretora de Controle Externo de Admissões de Pessoal

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO n.º 32/2025
PRIMEIRA CÂMARA

Pelo presente Edital, na forma e para os efeitos do disposto no art. 20, da lei n° 2423/96 - TCE, e art. 97, caput, §2º da Resolução TCE n° 04/02, combinado com o art. 5°, LV, da CF/88, fica **NOTIFICADA a Sra. ANA MARIA LOPES** para tomar ciência do **Acórdão n.º 180/2025 - TCE - PRIMEIRA CÂMARA**, publicado no Diário Oficial Eletrônico deste TCE/AM em 09/04/2025, Edição n.º 3531 (www.tce.am.gov.br), referente à Aposentadoria por Invalidez, objeto do **Processo TCE/AM n.° 16753/2024.**

DIRETORIA DA PRIMEIRA CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 04 de julho de 2025.

Harleson dos Santos Arueira
Diretor da Primeira Câmara

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO ELETRÔNICA Nº 50/2025 - DIATV

Pelo presente Edital, na forma e para os efeitos do disposto nos arts. 20, 71, inciso III, 81, inciso III, da Lei nº 2.423/1996 e art. 97, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM combinado com o art. 5º, inciso LV, da CF/88, em cumprimento ao Despacho do Excelentíssimo Conselheiro - Relator Sr. **ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**, fica **NOTIFICADO o Sr. Alexandre Kim** para, no **prazo de 15 (quinze) dias**, a contar da última publicação deste, apresentar justificativas que devem ser encaminhadas pelo Domicílio Eletrônico de Contas, via Portal TCE/AM no link: https://dec.tce.am.gov.br/dec/login.jsf, acerca das restrições e/ou questionamentos elencados na **NOTIFICAÇÃO Nº 559/2025 – DIATV (fls. 395/396)**, contida no **Processo TCE Nº 15732/2024**, que trata da Prestação de Contas do Termo de Fomento N° 51/2022, de responsabilidade do Sr. Emerson José Rodrigues de Lima, da Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania – SEJUSC, tendo como objeto a aquisição de material permanente, a fim de atender crianças e adolescentes com deficiências e seus familiares, no valor global de R$ 100.000,00 (cem mil reais).

DIRETORIA DE AUDITORIA EM TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 03 de julho de 2025.

MARCO HUGO HENRIQUES DAS NEVES
Diretor de Controle Externo de Auditoria
de Transferências Voluntárias

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO ELETRÔNICA Nº 51/2025 - DIATV

Pelo presente Edital, na forma e para os efeitos do disposto nos arts. 20, 71, inciso III, 81, inciso III, da Lei nº 2.423/1996 e art. 97, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM combinado com o art. 5º, inciso LV, da CF/88, em cumprimento ao Despacho do Excelentíssimo Conselheiro-Substituto Sr. **MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO**, fica **NOTIFICADA a Sra. Dirlene Soares de Carvalho** para, no **prazo de 30 (trinta) dias**, a contar da última publicação deste, apresentar justificativas que devem ser encaminhadas pelo Domicílio Eletrônico de Contas, via Portal TCE/AM no link: https://dec.tce.am.gov.br/dec/login.jsf, acerca das restrições e/ou questionamentos elencados na **NOTIFICAÇÃO Nº 234/2025 – DIATV (fls. 366/371)**, contida no **Processo TCE Nº 12682/2024**, que trata da Tomada de Contas de Transferência Voluntária do Termo de Fomento Nº 015/2019, de responsabilidade da Sra. Viviane Pereira da Silva Lago Lima, firmado entre a Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência - SEPED e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Tabatinga/AM, tendo como objeto conjugação de recursos técnicos e financeiros dos partícipes na execução de projeto "Inclusão Social e Cidadania", que objetiva a realização de 05 (cinco) oficinas socioeducativas, sendo: 01 (uma) de inclusão digital; 01 (uma) oficina de artesanato e pintura; 01 (uma) oficina socioeducativa de exercício da cidadania e leitura; uma oficina de dança, voltadas para os alunos matriculados na APAE-Tabatinga, no valor global de R$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais).

DIRETORIA DE AUDITORIA EM TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 07 de julho de 2025.

MARCO HUGO HENRIQUES DAS NEVES
Diretor de Controle Externo de Auditoria
de Transferências Voluntárias

CAUTELARES

PROCESSO: 13320/2025
ÓRGÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO
NATUREZA: REPRESENTAÇÃO COM MEDIDA CAUTELAR
REPRESENTANTE: SECRETARIA-GERAL DE CONTROLE EXTERNO - SECEX
REPRESENTADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO E ANTÔNIO FERNANDO FONTES VIEIRA
ADVOGADO(A): ISAAC LUIZ MIRANDA ALMAS - OAB/AM 12199
OBJETO: REPRESENTAÇÃO COM PEDIDO DE MEDIDA CAUTELAR, ORIUNDA DA MANIFESTAÇÃO Nº 393/2025- OUVIDORIA, INTERPOSTA PELA SECEX EM DESFAVOR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE FIGUEIREDO, SR. ANTÔNIO FERNANDO FONTES VIEIRA, PREFEITO, SR. ITALO DE SOUZA E SOUZA, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PARA APURAÇÃO DE POSSÍVEIS IRREGULARIDADES COMETIDAS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - EDITAL Nº 002/2025.
RELATOR: ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA

DECISÃO MONOCRÁTICA Nº 29/2025

DECISÃO MONONOCRÁTICA. REPRESENTAÇÃO COM MEDIDA CAUTELAR. CONCESSÃO DE PRAZO.

1) Tratam os autos de Representação com pedido de medida cautelar interposta pela Secretaria-Geral de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, em desfavor da Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo, notadamente contra o Sr. Antônio Fernando Fontes Vieira, Prefeito Municipal, e o Sr. Italo de Souza e Souza, Secretário Municipal de Administração, em razão de supostas irregularidades na condução do Processo Seletivo Simplificado – Edital n.º 002/2025, voltado à contratação temporária de profissionais para a Secretaria Municipal de Saúde, apresentadas por meio da Manifestação nº 393/2025 da Ouvidoria do TCE/AM.

2) Segundo consta na exordial, há indícios de favorecimento pessoal e atribuição de pontuações indevidas a determinados candidatos, com violação direta às regras estabelecidas no edital. Aponta-se, em especial, a concessão de pontuação máxima por experiência profissional a candidatos recém-registrados no Conselho Regional de Enfermagem (COREN-AM), cuja atuação na área, à luz dos registros oficiais, não alcançaria o tempo mínimo exigido pelo certame.

3) Destacam-se, entre os nomes citados, as candidatas Herwillyn Sicsu Vilar Frota, Elen Geuaytt Moreira Macedo, Camila Aquino Pacheco, Geovana Araújo de Souza, Naiara Soares Fernandes e o candidato Henryque Weslley Sicsu Vilar Frota. Em todos os casos, a representação sustenta que as pontuações atribuídas por experiência profissional não se coadunam com a data de registro junto ao COREN-AM, sendo, portanto, incompatíveis com os critérios objetivos fixados pelo edital.

4) A Unidade Técnica do TCE/AM, por meio da Resposta à Manifestação nº 155/2025-DICAPE, confirmou a existência de fortes indícios de violação aos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência, nos termos do art. 37, caput, da Constituição Federal de 1988. Além disso, aventou-se a possibilidade de ato de improbidade administrativa, nos moldes da Lei nº 8.429/1992.

5) Ressaltou-se, ainda, que a atribuição de pontuação máxima a candidatos com tempo de atuação inferior ao mínimo exigido poderia indicar o uso de influência pessoal, ausência de controle técnico ou mesmo direcionamento deliberado, em prejuízo de candidatos mais qualificados.

6) Em razão do estágio avançado do certame, que já conta com resultado final publicado e iminente convocação dos aprovados, requereu-se a concessão de medida cautelar para suspensão de todos os atos do Processo Seletivo, até o esclarecimento completo dos fatos.

7) Frente ao exposto passo a me manifestar. Inicialmente, abordo a análise dos requisitos de admissibilidade. A representação, conforme previsto no artigo 288 da Resolução nº 04/2002 do TCE/AM, é aplicável em circunstâncias que demandem a investigação de ilegalidades ou má gestão pública, bem como em situações especificamente descritas em lei, incluindo as mencionadas na Lei n° 14133/2021 e na Lei nº 8666/1993.

8) A representação é, portanto, um mecanismo de fiscalização e controle externo, utilizado para solicitar que a administração pública investigue eventos que possam resultar em prejuízos aos cofres públicos. Considerando que o objetivo desta representação é investigar uma suposta ilegalidade em um procedimento administrativo conduzido pelo órgão público, verifica-se que o caso se enquadra nas condições estabelecidas na norma citada.

9) Quanto à legitimidade, o artigo 288, caput, da referida Resolução, estipula que qualquer pessoa, órgão ou entidade, seja pública ou privada, tem legitimidade para apresentar uma representação. Assim, seguindo as diretrizes desta Corte de Contas, a legitimidade do Representante para propor esta ação é claramente evidente.

10) Por todo, concordo com a presidência do TCE/AM quanto à admissibilidade desta representação. Sobre a competência do Tribunal de Contas para deliberar sobre medida cautelar, é importante destacar que a Lei Complementar Estadual nº 114, de 23 de janeiro de 2013, que alterou a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reafirmou expressamente a admissibilidade de medidas cautelares, conforme disposto no inciso XX do art. 1º da Lei n° 2.423/1996 e no inciso XIX do art. 5º da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM.

11) Portanto, diante do poder geral de cautela atribuído aos Tribunais de Contas, reconhece-se que esta Corte possui competência para emitir medidas cautelares com o objetivo de prevenir danos ao interesse público, garantindo assim a efetividade de suas decisões finais, conforme estabelecido no art. 42-B, incisos I a IV, da Lei n° 2.423/1996 (texto atualizado pela Lei Complementar n° 204 de 16/01/2020).

12) As medidas cautelares nos Tribunais de Contas são procedimentos legais importantes que visam garantir a eficácia da função fiscalizadora desses tribunais, especialmente em casos de urgência onde existe o risco de danos ao erário ou à administração pública. Os requisitos para a concessão de medidas cautelares nesses tribunais são fundamentais para assegurar que tais medidas sejam aplicadas de maneira justa e eficaz.

13) O termo *periculum in mora* se traduz como "perigo na demora". Ele é utilizado no direito para indicar a necessidade de uma ação rápida para evitar danos significativos e muitas vezes irreparáveis. No contexto de uma medida cautelar, esse conceito destaca a urgência de intervir para prevenir danos que poderiam ocorrer devido ao tempo necessário para a resolução de um processo. É um conceito presente em vários sistemas de direito civil, como o italiano, e se refere à magnitude do dano, que deve ser considerado sério em relação ao valor da propriedade em disputa. Esse dano é considerado irreparável se não houver a possibilidade de uma solução futura contra o prejuízo que a parte requerente acredita que sofrerá.

14) Noutro giro, tem-se o *fumus boni iuris*, a "fumaça do bom direito" e se refere à aparência de bom direito ou à probabilidade de sucesso no mérito do caso. Este conceito é crucial para a concessão de medidas cautelares, pois estabelece que deve haver uma possibilidade razoável de que o direito reivindicado exista na prática. É um critério usado pelos tribunais para avaliar se a reclamação apresentada não é irrazoável ou imprudente.

15) Com base nessa compreensão, seu texto poderia ser expandido para destacar a importância desses conceitos no direito administrativo, especialmente na análise de medidas cautelares. Pode-se argumentar que a aplicação cuidadosa destes é crucial para garantir que as medidas cautelares sejam concedidas de forma apropriada, equilibrando a necessidade de ação rápida para evitar danos irreparáveis com a necessidade de um fundamento razoável para a reivindicação.

16) Considerando o teor da Representação e os indícios apontados pela unidade técnica quanto à possível violação dos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade e eficiência no âmbito do Processo Seletivo Simplificado regido pelo Edital nº 002/2025, impõe-se, nesta fase o respeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa, conforme assegurado pelo art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal. O art. 1º, §2º, da Resolução nº 03/2012 – TCE/AM autoriza expressamente o relator a fixar prazo para manifestação da parte representada, como forma de viabilizar a adequada instrução processual antes da análise de eventual medida cautelar.

17) Desta feita, entendo pela possibilidade de abertura de prazo aos representados, conforme mencionado no art. 1º, §2º da Resolução nº 03/2012 do TCE/AM. Assim, pugno pela emissão de ofício a prefeitura para que tomem ciência desta exordial.

18) Pelo exposto, com fulcro na Resolução nº 03/2012 e no Regimento Interno do TCE/AM, determino à GTE-MPU que adote as seguintes providências:

a) PUBLIQUE a presente decisão monocrática no Diário Oficial Eletrônico do TCE/AM, em até 24 (vinte e quatro) horas, consoante dispõe o art. 42-B, § 8°, da Lei n° 2.423/1996, observando a urgência que o caso requer;
b) OFICIE à **Prefeitura Municipal de Presidente Figueiredo**, na pessoa do Sr. Prefeito Antônio Fernando Fontes Vieira, e ao **Secretário Municipal de Administração**, Sr. Italo de Souza e Souza, para que **no prazo de 5 (cinco) dias**, apresentem **documentos e justificativas**, em especial, quanto aos seguintes pontos destacados na exordial da Representação:

i) Critérios utilizados para atribuição da pontuação por experiência profissional no Edital nº 002/2025;
ii) Documentos que comprovem a experiência profissional dos candidatos citados na representação, em especial datas de início de atividades compatíveis com o tempo alegado no certame;
iii) Justificativas técnicas e administrativas para a manutenção das notas máximas após os recursos;
iv) Esclarecimentos sobre eventuais vínculos ou relações de parentesco entre membros da comissão e candidatos beneficiados;
v) Cópia integral dos processos administrativos relacionados à condução do certame.

c) Dê ciência ao colegiado desta Corte, na primeira sessão subsequente, nos termos disposto no artigo 1º, § 1º, da Resolução n. 03/2012 – TCE/AM;
d) Findo os prazos, que os autos retornem a este relator.

GABINETE DE CONSELHEIRO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 4 de julho de 2025.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Relator

DMC

Presidente
Cons. Yara Amazônia Lins Rodrigues
Vice-Presidente
Cons. Luis Fabian Pereira Barbosa
Corregedor-Geral
Cons. Josué Cláudio de Souza Neto
Ouvidor-Geral
Cons. Mario Manoel Coelho de Mello
Coordenador-Geral da Escola de Contas Públicas
Cons. Júlio Assis Corrêa Pinheiro
Presidentes das Câmaras
Cons. Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior
Cons. Érico Xavier Desterro e Silva
Auditores
Mário José de Moraes Costa Filho
Alípio Reis Firmo Filho
Luiz Henrique Pereira Mendes
Alber Furtado de Oliveira Junior
Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do TCE/AM
João Barroso de Souza
Procuradores
Carlos Alberto Souza de Almeida
Elissandra Monteiro Freire
Elizângela Lima Costa Marinho
Evanildo Santana Bragança
Evelyn Freire de Carvalho
Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça
Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva
Ruy Marcelo Alencar de Mendonça
Secretário-Geral de Administração
Antônio Carlos Souza da Rosa Junior
Secretário-Geral de Controle Externo
Mario Augusto Takumi Sato
Secretária-Geral do Tribunal Pleno
Bianca Figliuolo
Secretário de Tecnologia da Informação
Elynder Belarmino da Silva Lins
Secretário de Inteligência
Sérgio Lúcio Mar dos Santos Fontes

Telefones Úteis
PRESIDÊNCIA 3301-8198 / **OUVIDORIA** 3301-8222/0800-208-0007 / **ESCOLA DE CONTAS** 3301-8301/ **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO** 3301-8186 / **SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO** 3301-8153 / **SECRETARIA DE TECNOLOGIA** 3301-8119/ **LICITAÇÃO** 3301-8150 / **COMUNICAÇÃO** 3301– 8180 / **DIRETORIA DO MPC** 3301-8232 / **PROTOCOLO** 3301-8112